



**ATA N. 12/2025**

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às onze horas e trinta minutos, reuniram-se na sala de reuniões do Instituto da Previdência do Servidor Público do Município de Três Passos – IPSTP, os membros do Comitê de Investimentos nomeados através dos Decretos nº 126/2025 e nº 139/2025, Cleomar Jovani Thiesen e Paulo Roberto Brizolla Rodrigues, e a gestora de recursos Mônica Regina Junges, para analisar e debater a proposta da Política Anual de Investimentos para o exercício de 2026.

Registrhou-se que os membros Jozemar da Silveira Ravanello e Ari Roberto Leal Braseiro não puderem participar da presente reunião.

A Política de Investimentos foi elaborada em parceria com a consultoria Referência, e a meta da PI será de (INPC + 5,49% a.a.), segundo as premissas da taxa-parâmetro fixadas na Portaria MPS nº 2.010/2025, sendo que a estratégia-alvo ficou fixada em 100%.

Observou-se que o presente documento foi elaborado conforme determina a Resolução CMN 4.963/2021 e a Portaria 1.467/2022.

A política monetária a ser conduzida pelo Banco Central do Brasil precisará, mais uma vez, encontrar adequado equilíbrio entre o controle da inflação e o incentivo ao crescimento econômico, com as projeções mais recentes para o IPCA e a Selic — ambas em recuo em relação a 2025 — já servindo como importante sinalizador de otimismo para o mercado em 2026.

Com o espaço fiscal cada vez mais restrito, a tendência de que medidas governamentais consigam mitigar os efeitos de uma política monetária contracionista torna-se menos provável, sendo importante frisar que as previsões de PIB para o próximo ano indicam nova desaceleração econômica. Ainda sob o aspecto fiscal, conclui-se que o governo mantém dificuldades em transmitir ao mercado de que forma será alcançado o prometido equilíbrio das contas públicas, o que eleva as incertezas quanto à real viabilidade do superávit primário no próximo exercício.

Diante desse cenário, a preferência permanece por títulos de prazos mais curtos, ao menos no primeiro semestre de 2026, período em que a rigidez da política monetária tende a se manter. Contudo, uma vez que a inflação se mostre efetivamente controlada, acompanhada da esperada redução da Selic e de um cenário externo menos volátil — em especial após estabilização das relações comerciais —, as opções de prazo mais longo poderão novamente se tornar atrativas, repetindo o desempenho observado em boa parte de 2025.

Em outras palavras: o primeiro semestre de 2026 poderá servir como um importante termômetro quanto aos rumos da inflação no Brasil, o que, em última instância, exercerá papel fundamental na condução da política monetária, especialmente na definição da Selic.

Considerando o histórico de posicionamento em investimentos do RPPS e ponderando o posicionamento de seus gestores, ressalta-se que o RPPS possui o perfil de investidor conservador.

Após a apresentação e os esclarecimentos relativos à presente Política de Investimentos, os membros finalizaram o esboço, ressalta-se que sua aprovação será efetivada pelo conselho do RPPS.

Abaixo segue o Quadro Resumo da Política de Investimentos – Resolução CMN nº 4.963/2021.

*Monica*  
*GL*  
*M*